

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 1/52
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora. Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.010/2026	

1 OBJETIVO

Este Termo de Referência, parte integrante do edital de licitação, tem por objetivo estabelecer o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a **Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora**. O empreendimento será executado com recursos referentes ao Contrato de Financiamento - Programa Pró-Moradia – Novo PAC - Rosa Leão N.º 633.990-84 e recursos de contrapartida oriundos do Tesouro Municipal - ROT. Em caso de possíveis dúvidas decorrentes de conflitos entre a planilha de orçamento, este Termo de Referência e as Orientações Técnicas, prevalecerá o que estiver contemplado nos seguintes elementos e nesta ordem:

- I. Termo de Referência;
- II. Orientações Técnicas;
- III. Planilha contratual.

2 OBJETO

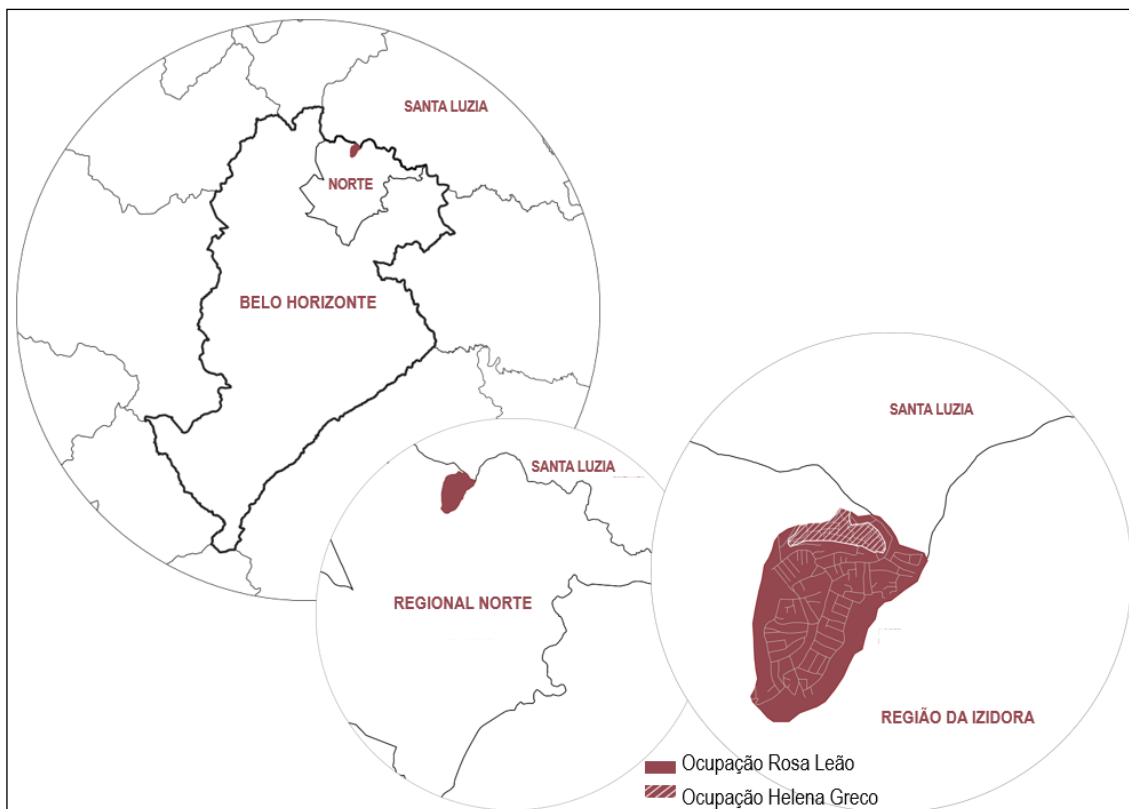
Constitui objeto da presente licitação a **Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora**, de acordo com as diretrizes do Programa Periferia Viva e conforme detalhamento e especificações apresentadas no documento “Orientações Técnicas”.

2.1 Localização

As intervenções serão executadas no Município de Belo Horizonte, na Regional Norte, no Território Periférico da Ocupação Rosa Leão, Região da Izidora, conforme figura a seguir:

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 2/52
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.010/2026	

Figura 1 – Localização da Ocupação Rosa Leão na Região Izidora



Fonte: PREFEITURA de Belo Horizonte, Projetos Básicos de Urbanização para a região da Izidora - Anteprojeto urbanístico

Logradouro	Avenida Rosa Leão, 605
Bairro	Izidora
Regional	Norte
CEP	31.748-660
Latitude	-19.804184
Longitude	-43.924435

2.2 Prazos

O prazo de execução dos serviços é de 270 (duzentos e setenta) dias corridos contados da

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 3/52
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora. Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.010/2026	

emissão da Ordem de Serviço. As ações referentes à elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social estão divididas no cronograma de atividades – figura 2.

O prazo de vigência do contrato é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato.

O prazo inicial de vigência contratual é superior ao prazo de execução para dar providências à documentação necessária à Ordem de Serviço (OS) do contrato. Corrobora para diferença entre os prazos, a emissão dos termos provisório, quando for o caso, e definitivo dos serviços prestados, após a formalização de sua conclusão.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI		TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 4/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.			
Regional: Norte			
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528			DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92		LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

Figura 2 – Cronograma de atividades: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social

[illegible]

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 5/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

2.3 Parcelamento

O parcelamento do objeto da contratação não é viável nem técnica nem economicamente.

Embora seja tecnicamente recomendável o agrupamento dos objetos Plano de Ação, Elaboração do PTS e Execução do PTS, inclusive fomentado pelo próprio Programa Periferia Viva, sob afirmação em um dos seus documentos:

Como a elaboração do Plano de Ação Periferia Viva ocorre simultaneamente com a elaboração do PTS e sua implementação na etapa pré-obra, é possível que os serviços sejam realizados pela mesma entidade. Ainda, considerando que a Assessoria Técnica Territorial deve incluir em sua equipe profissionais com experiência na área social e em processos participativos, ela também pode estar apta a desenvolver o PTS e o Trabalho Social,

A execução do PTS não está contemplada nesta contratação, sendo objeto de licitação específica e posterior.

A presente contratação refere-se à primeira grande intervenção de urbanização no território da Ocupação Rosa Leão, contexto que impõe maior grau de complexidade quanto às reais demandas urbanísticas, sociais e territoriais a serem enfrentadas. Trata-se de um território que pode apresentar necessidades não previstas inicialmente, as quais somente poderão ser devidamente identificadas e qualificadas a partir do desenvolvimento dos instrumentos de participação.

Nesse sentido, a antecipação da elaboração do Plano de Ação e do PTS mostra-se fundamental para garantir maior assertividade na definição do escopo da futura execução, permitindo que as intervenções sejam pensadas com base em diagnósticos consistentes, participação social e adequação às especificidades locais. A inclusão da execução do PTS nesta etapa poderia resultar em contratação com escopo impreciso.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 6/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

Sendo assim, pelo prisma técnico, as ações para elaboração do Plano de Ação e elaboração do PTS estão intrinsecamente articuladas entre si, enquanto etapas encadeadas para levantamento do diagnóstico e da visão de futuro da comunidade. São atividades codependentes, com objetivo único, sendo fundamental uma coordenação unificada e articulada para obtenção dos produtos.

Sob o ponto de vista econômico, a opção pela vedação ao parcelamento também se funda na garantia de economia em escala, já que a divisão do objeto implicaria a formalização e gestão de contratos distintos, cada um sob uma coordenação, o que poderia elevar o custo dos serviços e produtos contratados e implicar a reexecução de atividades realizadas de modo isolado, cenário, portanto, que não se mostra vantajoso para a Administração.

Por fim, considerando-se ainda que a contratação não se configura como aquisição de bens de natureza divisível, não sendo passível de parcelamento e que o orçamento estimado para a licitação ultrapassa o valor estabelecido pela legislação para contratação exclusiva para micro e pequenas empresas, o atendimento à Lei Complementar Federal nº 123/2006 se dará pela preferência nos critérios de desempate.

O agrupamento dos objetos — elaboração do Plano de Ação, elaboração do Plano de Trabalho Social (PTS) e ampliação do posto territorial — em um único procedimento licitatório se justifica pela interdependência técnica, operacional e finalística entre as atividades a serem executadas.

Os três objetos estão diretamente relacionados à execução integrada de ações de processos participativos, acompanhamento social e estruturação física do posto territorial, todas voltadas para o fortalecimento da gestão territorial e melhoria da prestação dos serviços públicos locais. A execução isolada de cada um desses objetos poderia gerar sobreposição de etapas, inconsistências metodológicas e dificuldade de articulação entre as equipes técnicas, comprometendo a eficiência e a coerência das ações previstas.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 7/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

A elaboração do Plano de Ação fornece as diretrizes e metas que orientarão tanto o Projeto de Trabalho Social (PTS) quanto às intervenções físicas necessárias para a ampliação do posto territorial, garantindo que as estratégias sociais e estruturais estejam alinhadas às prioridades identificadas no diagnóstico territorial. Assim, a integração dos objetos em um único contrato permite otimizar recursos, reduzir prazos, assegurar a continuidade técnica e garantir a unidade de metodologia e resultados.

Desse modo, o agrupamento está amparado pelos princípios da eficiência, economicidade e coerência técnica, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, evitando a fragmentação indevida do objeto e garantindo maior efetividade na execução das ações planejadas.

2.4 Valor estimado

O valor estimado para a contratação é de **R\$ 1.035.799,16 (um milhão, trinta e cinco mil, setecentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos)**, com data base de outubro/2025, sendo R\$ 163.366,66 (cento e sessenta e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) para elaboração do Projeto de Trabalho Social e R\$ 872.432,50 (oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) para elaboração do Plano de Ação.

O valor global da presente licitação foi orçado a partir dos dados extraídos da Tabela PTS Mensal de Preço Unitário, cujas composições de preços foram elaboradas de acordo com o CADERNO DE ENCARGOS DA SUDECAP, documento técnico integrante de Editais e Contratos da PBH, onde constam especificações e normas de medições e pagamentos de cada serviço, conforme decreto 10.710 de junho de 2001.

Considerou-se, ainda, pesquisa de preços levantados através de consultas ao mercado, de publicações especializadas, preços praticados no âmbito da Administração Pública, listas de instituições privadas e públicas de formação de preços. A Tabela de Preços e Composições

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 8/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

encontra-se disponível no site: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/informacoes/tabela-de-precos>.

Por sua vez, os quantitativos de cursos e oficinas foram definidos a partir da indicação da quantidade de domicílios indicados para remoção e os quantitativos de peças gráficas foram definidos a partir deste mesmo critério, somando-se a ele o número de edificações do entorno imediato.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação do trabalho em questão se faz necessária para consecução das ações de elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS, conforme diretrizes estabelecidas pelo Programa Periferia Viva e tem por objetivo promover a participação e a inserção social da população beneficiária no território ou empreendimento, visando à melhoria das condições de vida, à concretização de direitos sociais, à articulação das políticas públicas e à garantia da sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. As ações a serem executadas correspondem às ações de planejamento do trabalho social, que constitui o cumprimento do objeto da licitação e a verificação e acompanhamento das ações realizadas, por meio dos Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Social – RATS e por meio do acompanhamento do cronograma de entrega dos produtos de cada etapa do Plano de Ação, conforme discriminado no cronograma de ação.

A Urbel não conta com equipe interna em quantidade e disponibilidade suficientes para atuar nos programas supramencionados, considerando, sobremaneira, a necessidade de permanência no território para acompanhamento das famílias afetadas durante o prazo de vigência do contrato. Justifica-se assim, a contratação ora proposta para execução do trabalho social pretendido.

A contratação visa obter os recursos, equipe técnica, infraestrutura e insumos necessários para a realização de atividades de ações educativas, cursos e oficinas visando ao envolvimento da comunidade nos eixos propostos.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 9/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

A contratação atende ao interesse público por tratar-se de ações necessárias de apoio à realização das obras de infraestrutura do empreendimento em questão.

Considerando que o objeto da licitação envolve **a contratação de serviços para elaboração do Plano de Ação e do PTS**, o que se pretende é a participação e a inserção social da população beneficiária no território ou empreendimento, visando ao planejamento das ações que levarão à melhoria das condições de vida, à concretização de direitos sociais, à articulação das políticas públicas e à garantia da sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços a serem implantados no âmbito das intervenções previstas por meio do PAC/Periferia Viva para o território. Pretende-se que a população possa acompanhar as etapas das intervenções, compreendendo as necessidades que as permeiam para que, ao se apropriarem do novo espaço urbano, possam, a longo prazo, contribuir com a sustentabilidade e conservação das ações de requalificação.

De forma geral as empresas públicas estão organizadas administrativamente para fiscalizar e não para executar os empreendimentos. Portanto, para o trabalho social é necessária a contratação de profissionais e aquisição de materiais, já que não há na SMOBI /URBEL mão de obra especializada para o desempenho das atividades aqui destacadas. Ademais, a contratação de empresa permite maior eficiência técnica uma vez que é possível, através dos requisitos de habilitação, contratar quadro técnico especializado, com expertises específicas ao objeto, com menor custo.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa para **elaboração do Plano de Ação e elaboração do Projeto de Trabalho Social** para definir estratégias junto à comunidade, bem como um diagnóstico para consecução de ações sociais específicas, nos eixos pré-definidos que irão subsidiar, em contratação posterior, o trabalho social durante a execução das obras de urbanização

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 10/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

propriamente ditas, tem por objetivo garantir a participação da comunidade em todo o processo, a partir do reconhecimento das demandas específicas que surgirão ao longo do processo. Por meio da ampliação do atendimento do CREURB a partir da instalação do posto territorial na área de abrangência da intervenção, busca-se garantir a transparência na divulgação de informações sobre as intervenções, as etapas das obras, além do desenvolvimento de ações que promovam o protagonismo social da comunidade, mantendo e criando laços e vínculos, além de fomentar a busca por diversos serviços e equipamentos no território que possam auxiliar no processo de emancipação social, reduzindo impactos também no entorno. O Projeto de Trabalho Social a ser elaborado pela empresa contratada corresponde às ações de planejamento participativo do Programa Periferia Viva e elaboração dos produtos em cada etapa, precedendo o acompanhamento social da intervenção, em posterior contratação, que será organizado nos eixos temáticos do Trabalho Social, conforme preconizados na **Portaria MCID Nº 75, de 28 de janeiro de 2025**:

- I- Eixo I - Mobilização, comunicação e participação social;
- II - Eixo II - Sustentabilidade da intervenção ou operação;
- III - Eixo III - Sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e promoção da saúde;
- IV - Eixo IV - Desenvolvimento socioeconômico; e
- V - Eixo V - Direitos humanos, educação, cidadania e cultura.

A solução a ser contratada visa assegurar o cumprimento do objeto, por meio da prestação de serviços técnicos especializados, com metodologia previamente consolidada e diretrizes estabelecidas pela URBEL, considerando os princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade e atendimento ao interesse público.

A solução abrange a ampliação do atendimento do CREURB a partir da instalação do posto territorial, o que inclui a disponibilização de estrutura física, veículos e insumos operacionais, assegurando a presença permanente e o atendimento direto às famílias, lideranças e grupos

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 11/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

locais. A proposta contempla a realização de oficinas temáticas, cursos de capacitação, atividades educativas e ações de comunicação que fomentem a conscientização ambiental, o fortalecimento da coesão social, a prevenção de riscos e o estímulo à geração de trabalho e renda.

A metodologia de execução será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, permitindo o pagamento conforme a efetiva execução dos serviços, com base nos critérios de medição definidos no Caderno de Encargos da SUDECAP e em conformidade com o cronograma físico-financeiro da contratação. A contratada será responsável também pela produção de relatórios técnicos periódicos de forma a garantir o controle, monitoramento e avaliação das ações.

Em suma, a solução proposta articula as ações necessárias para processos participativos e de coleta de dados que permitirão a produção dos dois produtos, articulados entre si, que compreendem a elaboração do Plano de Ação e a elaboração do PTS – Projeto de Trabalho Social, como estratégias de acompanhamento social e ações complementares necessárias para garantir a participação social durante toda a intervenção e sua sustentabilidade. O Projeto de Trabalho Social elaborado no escopo desta contratação, a partir dos eixos da Portaria MCID N.º 75, fornecerá os subsídios para que sejam postos em prática em futura contratação para sua efetiva execução.

5 FONTE DE RECURSOS

Os recursos para esta licitação estão previstos no Contrato de Financiamento - Programa Pró-Moradia – Novo PAC -Rosa Leão N.º 633.990-84, firmado junto à Caixa Econômica Federal e recursos de contrapartida oriundos do Tesouro Municipal - ROT, alocados no Plano de Obras N-U-INF-25-3528. Como se trata de intervenção com fonte de recurso federal, **faz-se necessária a publicação também no Diário Oficial da União – DOU.**

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 12/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

Para o exercício de 2026, as despesas decorrentes do objeto serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

2704.1100.16.482.225.1231.0059.449039.66.1.754.790 CO: 0000

2704.1100.16.482.225.1231.0059.449039.66.1.759.709 CO: 0000

6 SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 Classificação do objeto

O objeto da presente licitação se refere a **SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL**, conforme inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2023.

6.2 Modalidade da Licitação

A licitação ocorrerá na modalidade **CONCORRÊNCIA**, modo de disputa **ABERTO-FECHADO**.

6.3 Critério de julgamento

Conforme fundamentação apresentada no Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, o critério de julgamento adotado será **MENOR PREÇO**. As propostas serão avaliadas e será considerada vencedora a empresa que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL** (com duas casas decimais). A opção por este critério de julgamento relaciona-se ao fato de que a metodologia que norteia o trabalho social a ser executado por meio desta contratação já tem suas diretrizes pré-estabelecidas, ancorada na Política Municipal de Habitação, ou seja, a execução do serviço não dependerá de soluções metodológicas a serem apresentadas pela licitante, mas do cumprimento das diretrizes estabelecidas pela CONTRATANTE. Diante disso, não se faz necessária e relevante a análise de proposta técnica apresentada pelas licitantes, o que justifica a escolha pelo critério **MENOR PREÇO**. Ademais, considera-se que

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 13/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

os critérios definidos para a habilitação técnico-operacional são adequados e suficientes para assegurar que a licitante possua capacidade técnica compatível com as exigências do objeto contratado.

As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Adota-se a forma de execução indireta sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, direcionando à contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas, conforme estabelecido na Lei Federal n.º 14.133/2021.

As especificações, condições, prazos e locais para a execução do objeto encontram-se no neste documento e seus apêndices.

8 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 Vistoria

- 8.1.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é **imprescindível** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas.
- 8.1.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 8.1.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 8.1.4 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 14/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

condições e peculiaridades da contratação.

- 8.1.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.2 Consórcio

É permitida a contratação de consórcio de empresas visando a composição de capacidade técnica para a execução do Trabalho Social, conforme **Portaria MCID N.º 75, de 28 de janeiro de 2025**, Artigo 29, inciso III, parágrafo 2º.

Será exigido das empresas consorciadas, para fins de qualificação econômico-financeira, acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido dos licitantes individuais.

A exigência de acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor demandado dos licitantes individuais às empresas consorciadas, para fins de qualificação econômico-financeira, fundamenta-se no fato de que tal percentual corresponde ao valor médio do intervalo admitido pela Lei nº 14.133/2021, sendo considerado razoável, proporcional e compatível com o risco inerente à contratação por meio de consórcio, garantindo a segurança da execução contratual sem comprometer a ampla competitividade do certame.

O acréscimo previsto no subitem acima não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de beneficiários da Lei Complementar 123/06.

A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 15/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

8.3 Garantia contratual

A garantia à execução poderá ser prestada em espécie, Carta Fiança Bancária ou Seguro Garantia, em nome do Município de Belo Horizonte. A garantia contratual deverá ser recolhida previamente à assinatura de cada contrato, no valor correspondente a 5% do valor do contrato, conforme art. 98 da Lei 14.133/2021, e terá seu valor atualizado nas mesmas condições contratuais.

A garantia à execução poderá ser prestada em espécie, Carta Fiança Bancária ou Seguro Garantia, em nome do Município de Belo Horizonte.

8.4 Subcontratação

A subcontratação do objeto de cada serviço será admitida, no limite de 30% (trinta por cento), quando houver razões de ordem técnica que a justifique, mediante prévia aprovação da Fiscalização e autorização da Contratante. Este limite foi estipulado em respeito à natureza *intuitu personae* do contrato.

A subcontratação não será admitida para os itens para os quais, como requisito de habilitação técnico operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviços com características semelhantes.

Para a formalização da subcontratação, a Contratada deverá, a qualquer tempo, apresentar a relação dos serviços que serão subcontratados juntamente com a apresentação da seguinte documentação:

8.4.1 Solicitação da Contratada dirigida à Fiscalização, justificando a necessidade da

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 16/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

subcontratação e solicitando autorização para fazê-la;

8.4.2 Minuta do contrato a ser celebrado entre a Contratada e a subcontratada;

8.4.3 Documentos pertinentes à habilitação jurídica da subcontratada:

- registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade a ser subcontratada assim o exigir;

8.4.4 Documentos pertinentes à regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da subcontratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da subcontratação;
- prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da subcontratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 17/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.

8.4.5 Documentos de qualificação econômico-financeira da subcontratada:

- certidão negativa de falência e concordata emitida pelo distribuidor de feitos da Justiça Estadual da sede da subcontratada.

8.4.6 Documentação de Qualificação Técnica, constando:

- certidão de registro na entidade profissional competente, se exigível;
- atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a subcontratada executou, diretamente, serviço equivalente com, no mínimo, as parcelas de relevância técnica e valores significativos correspondentes à metade do que se pretende subcontratar;
- documento que comprove que a empresa subcontratada contenha entre suas finalidades estatutárias, o Trabalho Social ou temática associada à sua atuação que terá no Trabalho Social, conforme **Portaria MCID Nº 75, de 28 de janeiro de 2025**, Artigo 30, inciso III;
- atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, de que o(s) profissional(is), comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da subcontratada, executou(aram), na qualidade de responsável(is) técnico(s), serviço de mesma natureza do que se pretende subcontratar.

8.4.7 Outras comprovações da subcontratada:

- declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 18/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

(quatorze) anos, para fins do disposto no inc. VI, do art. 68, da Lei n.º 14.133/2021;

- declaração de inexistência de fatos impeditivos para a sua contratação com a Administração Pública;
- declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço na subcontratação não incorrem nas proibições de que trata o art. 49- B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, conforme modelo do arquivo anexo;
- declaração de que a subcontratada se compromete a utilizar e/ou especificar e utilizar somente produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que tenha procedência legal, atendendo ao disposto no art. 17, § 4º, da Lei Municipal n.º 10.175/2011, se atividade a ser subcontratada envolver a especificação ou a utilização de produtos e subprodutos de madeira.

No caso de a subcontratada possuir cadastro regular no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte (SUCAF) e habilitado na(s) linha(s) de serviço(s) compatível(veis) com a atividade a ser subcontratada, os documentos dos subitens 8.3.3, 8.3.4 e 8.3.5 deste Projeto Básico da Licitação são dispensáveis, devendo ser apresentado a situação da subcontratada no SUCAF.

Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme § 3º do art. 122 da Lei Federal nº14.133/21.

9 HABILITAÇÃO

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 19/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

9.1. Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica das licitantes deverá ser feita conforme o disposto no Art. 66 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Considerando a exigência específica do Programa Periferia Viva, presente no Manual de Instruções para Apresentação de Propostas, devidamente aprovado pela Portaria MCID nº 1.328, de 16 de outubro de 2023, adicionalmente, deve ser apresentada comprovação de, no mínimo, 3 (três) anos de existência formal da licitante.

9.2 Qualificação Técnica

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

I. Certidão de Registro ou comprovante de inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando a entidade disponibilizar o serviço;

II. Capacidade Técnico-Profissional: Comprovação de capacidade técnica, por meio de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo descrição das atividades desempenhadas, de que o profissional que desempenhará a função de Responsável Técnico pelo trabalho social, **designado como técnico de nível superior sênior na composição da Equipe Mínima, produto 73.01.01**, comprovadamente integrante do quadro permanente da Licitante, **formado em Serviço Social ou Ciências Sociais / Sociologia ou Psicologia ou Pedagogia** e devidamente registrado no conselho de classe competente, quando aplicável, conforme regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego, executou, na qualidade de responsável técnico, OU coordenador, OU supervisor **com experiência profissional comprovada de ao menos cinco anos, em coordenação de projetos, liderança de equipe e mobilização comunitária** E os serviços listados abaixo, conforme exigência do Programa Periferia Viva, relacionados a:

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 20/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

- a) Capacitação de técnicos e lideranças comunitárias E
- b) Coordenação de trabalho social em projetos de urbanização de favelas, produção habitacional, intervenções em áreas de risco e reassentamento habitacional E
- c) Coordenação de projetos de desenvolvimento econômico local, empreendedorismo e economia solidária.

Todas as ações acima devem ter sido executadas, comprovadamente, em assentamentos urbanos de interesse social, entendidos como aqueles assentamentos constituídos predominantemente por famílias de baixa renda, situadas em territórios com irregularidades urbanísticas e/ou fundiárias ou comunidades de baixa renda ou conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda.

Para comprovação da formação superior, exige-se diploma de conclusão de curso de nível superior, certificado pelo Ministério da Educação e Cultura ou por instituição de ensino competente com o respectivo curso regulamentado.

O objetivo da comprovação de capacidade técnico-profissional acima discriminada é garantir que a expertise do(s) profissional(is) que irá(ão) assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços e produtos esteja em nível compatível com a complexidade do Objeto, a fim de resguardar o Poder Público de possíveis ônus ao erário decorrentes de imperícia.

Objetiva também demonstrar a pertinência da qualificação da empresa ao objeto da presente licitação e da necessidade de haver experiência prévia para elaboração ou execução de planos de trabalho, diagnósticos e planejamento das ações que serão desenvolvidas ao longo do trabalho, considerando a especificidade e as peculiaridades do público em questão, que será alvo dos serviços descritos na presente documentação. Além disso, as exigências estão alinhadas com a Portaria 75/2025 e o Programa Periferia Viva, formalizadas através do “Manual de Instruções para Apresentação de Propostas”, devidamente aprovado pela Portaria MCID nº 1.328, de 16 de outubro de 2023.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 21/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

A comprovação de inclusão no Quadro Permanente e tempo de atuação a que se refere o **item 9.2 II** deverá ser realizada pela apresentação alternativa de cópia(s) do(a)(s):

- a) Contrato(s) de Trabalho do(s) profissional(is);
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- c) Contrato Social da empresa, em que conste(m) o(s) nomes do(s) profissional(is) integrante(s) da sociedade;
- d) Contrato(s) de prestação de serviços, regido(s) pela legislação civil comum, conforme preconizam o art. 1º, da Lei Federal n.º 6.496/1977 e o art. 45, da Lei Federal n.º 12.378/2010. O profissional cujo(s) atestado(s) venha(m) atender tais exigências do **item 9.2.II** não poderá ser substituído por outro profissional, sem a prévia aprovação formal da Contratante.

III. Capacidade Técnico-Operacional: Apresentação de atestado de Capacidade Técnica ou outro documento comprobatório, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a entidade executou, **no mínimo, 6 (seis) projetos no âmbito de, pelo menos, três diferentes tipos dos seguintes serviços técnicos, sendo pelo menos um nos itens b.3, b.4, b.5, ou b.8:**

- b.1) elaboração de Plano Diretor Participativo;
- b.2) elaboração participativa de planos setoriais, como Plano de Saneamento, Plano Local de Habitação de Interesse Social e Plano de Mobilidade;
- b.3) ações de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis), como reforma e melhorias habitacionais, elaboração de estudos de viabilidade para projetos habitacionais e assemelhados;
- b.4) assessoria técnica para projeto e/ou obras de produção de habitação em sistema de mutirão e/ou autogestão;
- b.5) projeto e/ou obra de urbanização de assentamento precário, desenvolvido com

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 22/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

metodologia participativa;

b.6) intervenções de prevenção ao risco e desastres, desenvolvidas com metodologia participativa;

b.7) ações de regularização fundiária, desenvolvidas com metodologia participativa;

b.8) trabalho social em projetos de urbanização de favelas, produção habitacional, intervenções em áreas de risco, reassentamento habitacional, etc;

b.9) projetos de desenvolvimento econômico local, empreendedorismo e economia solidária;

b.10) capacitação de técnicos e lideranças comunitárias;

b.11) projetos comunitários de gestão sustentável de resíduos sólidos;

b.12) projetos e/ou obras de equipamentos comunitários, desenvolvidos com metodologia participativa;

b.13) projetos ou iniciativas de cidadania cultural.

As ações acima devem ter sido executadas, comprovadamente, em assentamentos urbanos de interesse social, entendidos como aqueles assentamentos constituídos predominantemente por famílias de baixa renda, situadas em territórios com irregularidades urbanísticas e/ou fundiárias ou comunidades de baixa renda ou conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda.

Os atestados exigidos acima atendem ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e nas diretrizes do Programa Periferia Viva, instituído pelo Decreto nº 12.260, de 28 de novembro de 2024, presentes no “Manual de Instruções para Apresentação de Propostas”, devidamente aprovado pela Portaria MCID nº 1.328, de 16 de outubro de 2023.

9.3. Qualificação Econômico-financeira

A qualificação econômica e financeira deverá ser feita conforme o disposto no Art. 69 da Lei

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 23/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

Federal n.º 14.133/2021 acrescidos dos parâmetros indicados na “Justificativa de Índices Econômicos e Financeiros”.

Será exigido das empresas consorciadas, para fins de qualificação econômico-financeira, acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido dos licitantes individuais.

A qualificação econômica e financeira exigida visa garantir que a Licitante tenha condições econômicas e financeiras mínimas ao cumprimento do escopo licitado a fim de resguardar o poder público de ônus ao erário.

9.4 Regularidade Fiscal e Trabalhista

A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverá ser feita conforme o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

10 FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços previstos nesta licitação será fiscalizada pela URBEL, por meio do Fiscal do Contrato que, conforme Decreto nº 18.324/2023 será um agente público responsável pelo acompanhamento e fiscalização operacional da execução dos contratos. Compete ao Fiscal de Contrato, dentre outras atividades, conforme previsão legal: prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos, exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes, exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos, aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o previsto no contrato, informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência,

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 24/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, realizar todas as ações necessárias para a renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, no âmbito de sua competência, acompanhar a execução contratual em seus aspectos administrativos, verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário e examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Os serviços desta licitação serão fiscalizados pela Analista Técnica/Técnica Social Ana Flavia Martins Machado, funcionária pertencente ao quadro permanente da URBEL, exercendo a função de Diretora de Trabalho Técnico Social, telefone: 31 32776950, e-mail: ana@pbh.gov.br.

10.1 Acompanhamento da Fiscalização

10.1.1 Relatórios Mensais de Acompanhamento

O acompanhamento dos trabalhos será efetuado pela Fiscalização por meio de monitoramento das atividades em desenvolvimento, da participação no planejamento das atividades a serem desenvolvidas, bem como do acompanhamento da execução dos serviços que serão comprovados por meio da entrega do Relatório de Acompanhamento do Trabalho Social – RATS, que deverá ser apresentado mensalmente pela equipe mínima, conforme item 73.01.01 da planilha orçamentária. O acompanhamento do planejamento e desenvolvimento das ações será realizado, rotineiramente, por meio das anotações em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, a ser utilizado junto com a contratada, juntamente com a verificação do cumprimento dos seguintes procedimentos relacionados ao item 73.01.01 – Equipe mínima:

a) Manutenção e organização da documentação relativa ao empreendimento, compreendendo documentos de beneficiários, bem como dos meios de verificação que visam

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 25/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

a comprovação da execução das ações e atividades, podendo ser, segundo a **Portaria MCID Nº 75, de 28 de janeiro de 2025**, primários – MVP ou complementares – MVC.

b) Elaboração do planejamento mensal das atividades previstas, acompanhado de monitoramento crítico e sistemático de sua implementação, assegurando a conformidade com o cronograma de elaboração dos produtos previstos em cada etapa de elaboração do Plano de Ação e do PTS e promovendo os ajustes necessários, de forma articulada com o cronograma do trabalho social;

c) Realização de reuniões com a comunidade, em horários definidos conforme planejamento, podendo acontecer inclusive em horário noturno ou finais de semana;

d) Registro de todas as atividades realizadas, considerando os meios de verificação acima mencionados, incluindo atas de reunião, registros de vistorias, relatórios de todos os atendimentos individualizados e de seus encaminhamentos, listas de presença de reuniões e atividades diversas, registros fotográficos, entre outros a serem definidos nas ações de planejamento.

Os Relatórios Mensais de Acompanhamento do Trabalho Social serão elaborados pela CONTRATADA, conforme parâmetros e orientações previstos neste item 10.1.1, bem como por demais orientações repassadas pelo CONTRATANTE quando da Ordem de Serviço. No documento, todas as atividades desenvolvidas no período deverão ser descritas e analisadas, tendo-se em vista as fases da prestação de serviços em relação ao contexto geral e às especificidades de cada etapa e cada produto previstos no cronograma de elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS.

O referido relatório deverá ser apresentado de forma independente de outros relatórios ou documentos técnicos previstos, correspondentes às diferentes etapas do trabalho.

O relatório constitui instrumento de monitoramento onde serão anotadas pela CONTRATADA

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 26/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

todas as ocorrências, instruções e decisões tomadas durante o desenvolvimento dos serviços, devidamente revisadas pelo fiscal designado pela CONTRATANTE e pelo preposto da CONTRATADA, de acordo com modelo a ser fornecido.

10.1.2 Entrega dos relatórios em cada etapa do Plano de Ação

O acompanhamento do planejamento e desenvolvimento das ações será realizado a partir da elaboração, pela equipe mínima, dos produtos/relatórios ao final de cada etapa do Plano de Ação, em consonância com o cronograma de atividades, figura 2 e o cronograma físico-financeiro Apêndice III deste Termo de Referência. Os relatórios aos quais se refere esta subseção deverão ser submetidos à CONTRATANTE para validação e aprovação, após os quais, serão entregues em suas versões finais.

10.1.3 Relatório Final

Ao final do contrato, a CONTRATADA deverá emitir o “relatório final”, que deverá ser aprovado pelo fiscal designado pela CONTRATANTE. O referido relatório cuja entrega é obrigatória deverá ser elaborado pela equipe básica, considerando a data de encerramento do contrato, garantindo que a CONTRATANTE terá tempo hábil para revisar e a CONTRATADA terá tempo hábil para realizar os ajustes antes do término da vigência contratual.

10.1.4 Apresentação dos produtos a serem gerados

Os relatórios previstos nos tópicos 10.1.1 e 10.1.2, bem como os demais documentos e relatórios a serem produzidos deverão seguir as seguintes especificações, sujeitos a alterações, à critério da fiscalização:

a) A primeira versão deve ser entregue à fiscalização, dentro do prazo por ela estipulado, conforme cronograma, em formato digital editável para indicação de ajustes e correções. A

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 27/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

versão final, após aprovação pela CONTRATANTE, deverá ser entregue digitalmente em formato .pdf, assinada digitalmente pelo responsável técnico da empresa, em formato de assinatura digital validado. Para emissão da versão final, a CONTRATADA deverá atentar ao prazo de entrega, organizando-se para que os ajustes finais e assinatura ocorram em tempo hábil.

b) Se e quando solicitado pela fiscalização, em quantidades de vias por ela determinadas, os relatórios devem ser encadernados e impressos em qualidade “laserprint” ou similares, em papel formato A4, segundo o que determinam as normas brasileiras da ABNT, à exceção outros formatos. Pretende-se garantir sua perfeita compreensão, sempre de acordo com as normas ABNT. A formatação dos documentos seguirá os padrões a serem definidos pela Fiscalização.

A CONTRATADA deverá executar backup mensal dos arquivos digitais elaborados e gerenciados pela equipe técnica.

11 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

11.1 Relação dos Documentos Técnicos

- PTS preliminar;
- Contrato de Financiamento, Programa Pró-Moradia, Novo PAC – Apêndice VI;
- Portaria MCID N.º 75, de 28 de janeiro de 2025 – Apêndice VII;
- Manual do Programa Periferia Viva – Apêndice VIII;
- Guia do Plano de Ação – Periferia Viva – Apêndice IX.

11.2 Licenciamento Ambiental e/ou Urbanístico

A regularização da ocupação Rosa Leão ocorrerá em duas etapas. A primeira, correspondente aos terrenos onde serão implantadas as unidades habitacionais pelo

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 28/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

Programa Minha Casa Minha Vida, será alvo de aprovação de parcelamento inicial e posterior aprovação da edificação. Esta etapa não terá licenciamento ambiental por não se enquadrar nos critérios de empreendimento de impacto definido pela Lei 1181/19. Será feita uma solicitação de emissão de diretrizes para parcelamento do solo para formalização do processo e definição da modalidade do parcelamento do solo. A partir das diretrizes emitidas ou sua dispensa, será confirmada a inexistência de licenciamento ambiental para a etapa 1. A etapa 2, correspondente ao restante da ocupação, será regularizada por meio do Reurb-S, no qual as respectivas licenças e autorizações são realizadas dentro do próprio processo do Reurb-S.

11.3 Interferências

A SMOBI/URBEL poderá, a qualquer tempo, executar ou fazer executar outros trabalhos de qualquer natureza, por si própria, por outros contratados ou grupos de trabalho, no local ou próximo ao local dos serviços a cargo da CONTRATADA, que, nesse caso, deverá conduzir suas operações de maneira a não provocar atraso, limitação ou embaraço no trabalho daqueles.

Quando outras empresas estiverem executando trabalhos, referidos a outros contratos, em lugares adjacentes aos ocupados pela CONTRATADA, esta será responsável por qualquer atraso ou embaraço por ela provocado nas atividades daquelas. Estes trabalhos serão comunicados pela fiscalização à CONTRATADA em tempo hábil, para que esta possa considerá-los no planejamento de suas ações.

12 LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

As ações e atividades sociais deverão observar as diretrizes da Política Municipal de Habitação Popular de Belo Horizonte, do Programa Periferia – Urbanização de Favelas, do

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 29/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

Guia do Plano de Ação Periferia Viva e da **Portaria MCID Nº 75, de 28 de janeiro de 2025.**

Os serviços e produtos, objetos desta licitação, deverão seguir rigorosamente as seguintes normativas:

- a) Art. 182 da Constituição Federal Brasileira;
- b) Lei Federal n.º 14.133/2021;
- c) Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e suas alterações/revogações posteriores;
- d) Lei Municipal n.º 7.597 de 06/11/98 alterada pela Lei 8.566, de 14/05/2003;
- e) Lei Municipal 10.887 de 16/12/2015 e suas alterações/revogações posteriores;
- f) Decreto Municipal 11.283 de 13/03/03 e suas alterações/revogações posteriores;
- g) Decreto Municipal 15.762 de 11/11/2014;
- h) Decreto Municipal 11.375 de 02/07/2003 e suas alterações/revogações posteriores;
- i) Resoluções do Conselho Municipal de Habitação (<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/conselho>);
- j) Instrução Normativa nº 08, de 26 de março de 2009, do Ministério das Cidades, no que couber (<https://www.cidades.gov.br/legislacao-cidades>);
- k) Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento do Ministério das Cidades. Disponível em: (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao06062011041901.pdf);
- l) Portaria nº 317, de 18 de julho de 2013, do Ministério das Cidades, referente às medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, no que couber (<https://www.cidades.gov.br/legislacao-cidades>);
- m) Portaria MCID Nº 75, de 28 de janeiro de 2025;
- n) Guia Plano de Ação Periferia Viva;
- o) Manual do Programa Periferia Viva

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 30/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

A CONTRATADA deverá observar o prazo do parágrafo 1º do art. 28 da Resolução n.º 1.025/2009 do CONFEA para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

13 EQUIPE TÉCNICA

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica necessária à execução dos serviços, conforme especificações técnicas constantes no documento “Orientações Técnicas”, item 9 “Especificações e Parâmetros mínimos de qualidade dos produtos e serviços”, subitem 9.1 “Serviços Técnicos Especializados”. A equipe disponibilizada deverá ter a qualificação e experiência necessária para efetivamente conduzir a execução do Objeto dessa licitação, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

No decorrer do contrato, caso seja necessário, o profissional responsável poderá ser substituído por outro profissional, desde que atenda às mesmas qualificações exigidas e que sua substituição seja autorizada previamente pelo FISCAL do contrato.

O FISCAL poderá solicitar formalmente à CONTRATADA a substituição de qualquer membro da equipe técnica, que, justificadamente, não tenha desempenho profissional condizente com o objeto, bem como reforço da mesma, sempre que julgar necessário. A substituição ou acréscimo de membros à equipe, não gerará custo adicional ao contrato.

A CONTRATADA deverá fornecer aos membros da equipe técnica mínima e/ou subcontratados **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL e VESTUÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL**, conforme indicado na seção 18 deste Termo de Referência.

14 LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços relativos à elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social serão desenvolvidos no Posto Territorial, nas instalações da CONTRATADA e

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 31/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

eventualmente e se necessário, nas instalações da URBEL.

15 DOCUMENTOS EXIGÍVEIS APÓS A CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar como requisito para a emissão da ordem de serviço:

I. Organograma informando os componentes da equipe, explicando as funções e as responsabilidades, grau de autonomia para tomada de decisões, formas de contatos com esses elementos (telefone, fax, e-mail e outros), vinculando essa equipe de campo a estrutura hierárquica da empresa. Esse organograma deverá ser representado graficamente para fixação em lugar visível no escritório da FISCALIZAÇÃO.

II. Declaração comprovando a existência de instalações e equipamentos adequados para a execução de serviços na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da emissão da Ordem de Serviço a seguinte documentação:

- Declaração da empresa confirmando que o profissional indicado para a habilitação técnico-profissional é o mesmo designado para assumir a função de Responsável Técnico/Coordenador pelo trabalho social;
- Relação da Equipe Técnica, constando nome completo, número de identidade e CPF, formação profissional;
- Comprovação de integração do responsável técnico indicado ao quadro permanente da licitante, feita através de cópias da FICHA DE REGISTRO DE EMPREGADO e CTPS, ou CONTRATO SOCIAL ou REGISTRO na ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE como RT da licitante;
- Comprovação da experiência da equipe técnica mínima, através de Curriculum Vitae devidamente comprovado por atestados emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 32/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

- Contratos de Trabalho – devidamente registrados em CTPS – dos respectivos componentes que irão fazer parte da equipe técnica mínima na fase inicial da prestação de serviços, objeto da presente licitação;
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) com os atestados de saúde ocupacional (ASO) dos empregados nos serviços e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), quando for o caso¹, elaborado por profissional devidamente habilitado, juntamente com o seguinte documento:
 - Modelo de Ficha Técnica de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida, de todos os empregados.

Os documentos originais serão devolvidos à CONTRATADA após verificados e julgados adequados pela fiscalização.

16 MEIOS E PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO

A CONTRATADA deverá indicar os meios e os procedimentos - relatórios, peças gráficas, comunicações - a serem utilizados para permitir o adequado acompanhamento dos trabalhos, sendo que estes poderão ser adequados em função do fluxo a ser estabelecido pela fiscalização.

Além dos procedimentos usuais (não virtuais) de comunicação, admite-se a utilização de Correio Eletrônico. Este tipo de comunicação deverá ser utilizado preferencialmente para transmissão de documentos preliminares, organização de reuniões e, de forma geral, para todas as trocas de informações que possam ser agilizadas com o seu uso. Admite-se reuniões virtuais, por meio previamente definido, a critério da CONTRATANTE.

¹ Caso a empresa tenha a dispensa admitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, ela deve apresentar o Recibo da Declaração DE Dispensa do Programa de Gerenciamento de Risco – PGR e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 33/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

A CONTRATADA deve manter constante comunicação com a CONTRATANTE garantindo que não haja comprometimento de cumprimentos de prazos por ausência de resposta ou resposta tardia.

A CONTRATADA deverá adotar sistema de backup dos arquivos pertinentes à execução e acompanhamento do trabalho social, mantendo-os em HD externo. Ao final do contrato os arquivos em HD externo deverão ser encaminhados para arquivamento pela CONTRATANTE.

17 MEDIDAS DE SEGURANÇA

Para o desenvolvimento dos trabalhos de campo, a empresa deve adotar propor uma sistemática de trabalho, detalhando-se todas as medidas de segurança consideradas necessárias. Este plano deverá ser elaborado em conformidade com a Lei Federal n.º 6.514/77, as normas regulamentadoras da Portaria n.º 3.214/78 no extinto Ministério do Estado do Trabalho e normas da ABNT, bem como protocolos vigentes à época do início do contrato para enfrentamento a pandemias e demais situações de saúde pública. É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento aos membros da *equipe técnica mínima* e subcontratados de **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL e VESTUÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL**: botinas, coletes e crachás (sendo tais itens de uso obrigatório para as atividades realizadas em campo). Considerando que a equipe desempenhará, além das atividades em escritório, o trabalho a céu aberto, onde há maior incidência solar, bem como exposição a insetos transmissores de doenças, são exigidas medidas especiais que protejam os trabalhadores contra a insolação excessiva e picadas de insetos, sendo responsabilidade da empresa o fornecimento de protetor solar e repelente. As logomarcas que serão estampadas nos itens de vestuário serão fornecidas pela URBEL. Os coletes disponibilizados pela CONTRATADA deverão seguir o mesmo modelo daquele utilizado na URBEL. Para o desenvolvimento dos trabalhos de campo, a empresa deve propor

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 34/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

uma sistemática de trabalho, detalhando-se todas as medidas de segurança consideradas necessárias. Este plano deverá ser elaborado em conformidade com a Lei Federal n.º 6.514/77, as normas regulamentadoras da Portaria n.º 3.214/78 no extinto Ministério do Estado do Trabalho, normas da ABNT.

Caberá à CONTRATANTE a análise da sistemática de trabalho final proposta, sendo permitido o desenvolvimento dos trabalhos apenas após a sua aprovação. A aprovação pela CONTRATANTE não isenta a empresa CONTRATADA de toda a responsabilidade pela intervenção.

18 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão aceitos a partir de sua conformidade com as especificações constantes nos referenciais e normas previstas **neste Termo de Referência**, bem como nas especificações constantes do documento “**Orientações Técnicas**” e nos prazos estabelecidos.

Na ausência de indicações em contrário e para os diversos documentos, a URBEL terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para se pronunciar sobre a documentação apresentada, que dependa de sua aprovação.

19 MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

a. Critérios de Medição

Os serviços, materiais e produtos serão medidos, após executados, entregues e aceitos, conforme item 9 do documento “Orientações Técnicas”, observadas as normas previstas neste Termo de Referência e de acordo com as unidades de referência, bem como com os preços unitários da planilha contratual e com o cronograma físico financeiro contratual.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 35/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

Excetuando-se os serviços, materiais e produtos para os quais se admite a medição proporcional, os demais só serão objeto de medição após entrega e aprovação pela fiscalização. Em nenhuma hipótese poderá haver antecipação de medição de serviços ou medição de serviços sem a devida cobertura contratual.

Se não forem acionados pela fiscalização todos os itens da composição de um produto ou se não forem disponibilizados pela CONTRATADA todos os itens e quantidades previstas após acionamento pela fiscalização, dentro da composição do item, a medição será feita de forma proporcional, apurando-se a quantidade disponibilizada de cada item, adequando-se a medição à fração cabível com base no período mês.

b. Processamento das Medições e Pagamento

As medições serão elaboradas mensalmente, de acordo com os serviços executados no período **do dia 16 do mês anterior até o dia 15 do mês em curso**. A medição será elaborada pelo fiscal do contrato com a participação da CONTRATADA, através do sistema SGEE Fluig. O processamento das medições está condicionado à entrega do relatório mensal de atividades, nos termos já especificados.

A liberação do processamento das medições estará condicionada à comprovação pela CONTRATADA, por antecipação e mensalmente, dos recolhimentos do FGTS, devidamente acompanhados da relação nominal de empregados alocados nos serviços (GFIP), bem como de todos os encargos trabalhistas.

O pagamento será efetuado pela Divisão Financeira (DVFI-UB) da Diretoria Administrativa e Financeira (DAF-UB), integrante da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel). O prazo para pagamento da medição será de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 36/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

fiscal.

Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento, previsto acima, será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

Qualquer atraso, pela Contratada, no lançamento das medições ou no envio da documentação vinculada à liberação do processamento poderá comprometer o fluxo financeiro interno.

Diante do exposto, a Contratada deve atentar ao rigor no cumprimento dos prazos estabelecidos, bem como na regularização integral da documentação, quando exigido, considerando ser imprescindível a observância destas orientações.

20 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

Após a formalização de conclusão dos serviços, a Fiscalização e a CONTRATADA farão análise de todos os serviços executados e materiais aplicados. Concluída esta análise e na ausência de pendências no que tange à entrega de produtos por parte da CONTRATADA, bem como ausência de pendências financeiras, tendo sido todos os pagamentos efetuados, ou seja, se constatado que não há eventuais defeitos e vícios, quando do término do contrato, a Fiscalização ou comissão de recebimento designada, emitirá o "Termo de Recebimento Definitivo" – TRD. Caso haja pendências, será emitido o "Termo de Recebimento Provisório" – TRP e a CONTRATADA terá o prazo de até 90 (noventa) dias da data da Emissão do TRP para concluir, conforme orientação da Fiscalização, as correções, ajustes, substituições e entregas. Concluídas as correções, a Fiscalização verificará se os serviços/materiais serão aceitos ou não. Quando todos os reparos forem executados e aceitos pela Fiscalização, e tendo a CONTRATADA cumprido todas as outras obrigações pertinentes ao contrato, será emitido o "Termo de Recebimento Definitivo" – TRD.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 37/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

21 REAJUSTAMENTO

Os preços unitários contratuais serão reajustados de acordo com a seguinte fórmula aplicável na conformidade das condições aqui pré-estabelecidas:

$$R = P_o \sum a_n \frac{I_{n,i} - I_{n,o}}{I_{n,o}}$$

onde:

R é o valor do reajustamento;

Po é o preço inicial dos serviços a serem reajustados;

an é parâmetro cuja soma é igual a 1;

In,i é o índice de preço correspondente ao parâmetro an e relativo ao mês do reajuste;

In,o é o índice de preço correspondente ao parâmetro an e relativo ao mês de elaboração da Planilha de Orçamento (**outubro/2025**).

O índice de preço será calculado pelos índices de preços das atividades preponderantes publicados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Índice de preço			an
C39	Consultoria	157980	1,000
Total			1,000

22 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras implícitas nos Anexos do Edital de Licitação:

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 38/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

- I. praticar, sempre, os preços acordados nesse processo e em termo contratual;
- II. garantir a qualidade dos serviços prestados;
- III. comunicar toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- IV. apresentar, sempre que solicitado, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas;
- V. responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução dos serviços;
- VI. arcar com todas as despesas pertinentes ao serviço contratado, tais como tributos, fretes, embalagens e demais encargos;
- VII. tomar as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências do Município;
- VIII. atender a todos os pedidos de execução dos serviços, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou de reequilíbrio econômico-financeiro.
- IX. manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inc. XVI, do art. 92, da Lei nº 14.133/2021
- X. cumprir rigorosamente as especificações da documentação, em especial do documento “Orientações Técnicas”;
- XI. manter sob sua responsabilidade e sigilo documentos fornecidos pela CONTRATANTE, divulgando apenas o que for de caráter público ou autorizado pela fiscalização;
- XII. garantir a boa qualidade do(s) serviço(s) contratado(s) e produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso;

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 39/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

- XIII. cumprir, dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas;
- XIV. cumprir todas as obrigações estipuladas neste Termo de Referência;
- XV. obter, sem qualquer ônus para a Contratante, todas as licenças e/ou autorizações exigidas pela legislação municipal;
- XVI. manter a frente dos trabalhos a equipe técnica indicada em sua proposta, ou que venha a ser aprovada pela Contratante, na hipótese de não exigência de indicação, sempre liderada por profissional qualificado, com capacidade e poderes bastantes para representá-la perante a Fiscalização da Contratante e resolver problemas referentes aos serviços em execução;
- XVII. substituir integrante da equipe técnica que, de alguma forma, não esteja respondendo adequadamente às exigências da execução dos serviços, mantendo a qualificação exigida para cada um dos profissionais;
- XVIII. manter em bom estado, todo o equipamento necessário à perfeita execução da dos serviços contratados, objetivando atender ao cronograma físico, à qualidade e às especificações técnicas;
- XIX. responsabilizar-se pelo recolhimento, triagem e destinação adequada dos resíduos independentemente da natureza destes.
- XX. participar, ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão da dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação;
- XXI. conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto deste contrato, para os servidores ou empregados da Contratante e dos órgãos de controle interno e externo;
- XXII. assinar a qualquer tempo, sem qualquer ônus para a Contratante, os documentos necessários, ou que vierem a ser necessários para a regularização da dos serviços efetivamente executados perante os órgãos competentes (INSS, cartórios de registro de imóveis, regulação urbana, meio ambiente, conselhos profissionais, concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos, órgãos do

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 40/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

patrimônio histórico e artístico de qualquer esfera de governo etc.), mesmo após a resolução, ou rescisão do Contrato.

XXIII. submeter-se a avaliação de integridade, constante na Lei nº 11.557, de 26 de julho de 2023.

23 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras implícitas nos Anexos do Edital de Licitação:

- I. Acompanhar e fiscalizar, através da Urbel, os serviços realizados pela Contratada e as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Licitação, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no inc. XVI, do art. 91 da Lei 14.133/2021;
- II. Prestar todas as informações necessárias, com clareza à Contratada para execução dos serviços contratados;
- III. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com o estabelecido no contrato;
- IV. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- V. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 41/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

- considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

24 INFRAÇÕES E SANÇÕES

Constituem infrações e sanções, sem prejuízo de outras implícitas nos Anexos do Edital de Licitação:

24.1 Infrações pelas quais a Contratada será responsabilizada

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida;
- V. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VI. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VII. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 42/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

24.2 Descumprimento das obrigações

O descumprimento das obrigações assumidas caracteriza a inadimplência do Detentor, sujeitando-o às seguintes penalidades, na forma do Decreto nº 18.096/2022:

I. **advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos moldes do art. 156, §2º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 5º do Decreto Municipal n.º 18.096/2022;

II. **multas**, observados os seguintes percentuais:

- multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

O atraso, para efeito de cálculo da multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência da Licitação, conforme previsão no inc. I, do art. 137, da Lei n.º 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal n.º 18.096/2022.

A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste Termo de Referência, cumulando-se os respectivos valores.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 43/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

- multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
 - i. tumultuar a sessão pública da licitação;
 - ii. propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
 - iii. deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
 - iv. deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
 - v. deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
 - vi. deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
 - vii. não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
 - viii. não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
 - ix. deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - x. manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
 - xi. utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
 - xii. deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 44/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

xiii. deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

xiv. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

xv. deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

xvi. não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

xvii. subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

- multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida pela entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

III. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, pelo prazo máximo de três anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 17 do Decreto Municipal n.º 18.096/2022.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 45/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar nos termos do art. 19 do Decreto Municipal n.º 18.096/2022.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de acordo com o disposto no art. 20 do Decreto Municipal n.º 18.096/2022.

- a) A multa moratória pode ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a Contratada, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à Administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- c) A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela Contratante decorrente de outros contratos firmados pela Contratada com a Administração Municipal.
- d) A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência da Licitação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.
- e) As sanções serão devidamente motivadas pela Fiscalização do Contrato e serão processadas de acordo com o disposto no Decreto Municipal n.º 18.096/2022.
- f) As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.
- g) A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte.
- h) A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Obras e Infraestrutura da Prefeitura de Belo Horizonte.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 46/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

25 FRAUDE E CORRUPÇÃO

A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) exige que os contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a execução da contratação. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário/empregado público na execução da contratação;
- II. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar a execução de uma contratação em detrimento do CONTRATANTE;
- III. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de contratação ou afetar a execução da contratação;
- V. “prática obstrutiva” significa:
 - a. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou,

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 47/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

- b. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

O Município rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o interessado, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento de contratação.

A ocorrência de qualquer das hipóteses anteriormente elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009 – “Guia de Análise de Denúncias sobre possíveis infrações concorrenciais em licitações”, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

Havendo indícios de prática de infração tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, esses deverão ser comunicados à Controladoria Geral do Município para apuração nos termos do Decreto Municipal nº16.954 de 02 de agosto de 2018.”

26 PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, quando aplicável, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

- a) A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 48/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

- b) A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- c) A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- d) A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

- e) A Contratada fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

- f) A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de perda

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 49/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

- I. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- II. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- III. A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores
- IV. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- V. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.
- VI. A CONTRATADA fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seus sócios representantes nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 50/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

27 NEPOTISMO E CONFLITO DE INTERESSES

É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL e do Município de Belo Horizonte.

28 CRITERIOS DE SUSTENTABILIDADE

a) Treinamento da Mão de Obra

A CONTRATADA deve treinar e capacitar os trabalhadores com o objetivo de conscientizá-los da importância do uso racional dos materiais e de evitar, ao longo do desempenho dos trabalhos, o desperdício de produtos, energia, água e matéria prima.

Outro aspecto importante é o incentivo para que todos desempenhem suas funções da forma mais eficiente possível, a fim de evitar retrabalhos e, conseqüentemente, maior consumo dos recursos naturais e produção de resíduos. Uma destas medidas perpassa pela orientação aos funcionários no que tange ao acondicionamento dos materiais de trabalho, como materiais de arquivo e insumos de escritório, além do fomento à conservação e zelo pelo material de uso individual e documentos institucionais.

b) Compra sustentável (ISO 20400)

A CONTRATADA deve privilegiar a compra de materiais e produtos que tenham em sua composição e nos processos de produção, acondicionamento e transporte, menor uso dos recursos naturais, menor quantidade de materiais tóxicos ou perigosos, maior vida útil e menor consumo de energia e de água, além de terem maior possibilidade de reciclagem ou reutilização e que gerem menos resíduos.

Observar ainda a procedência do produto, dando preferência aos fornecedores que

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 51/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO N.º: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

possuam selo verde, que produzam com menor impacto ao meio ambiente ou ainda que estejam mais próximos dos locais das intervenções, reduzindo, de tal forma, as distâncias percorridas, o que pode contribuir para a logística e, por consequência, menor emissão de CO₂. Para a aquisição de materiais também deverão ser observadas a resistência e a durabilidade a fim de garantir maior tempo de uso do produto e, por conseguinte, redução do descarte, o que geraria mais resíduo.

c) Veículos e equipamentos

A CONTRATADA deve realizar manutenções periódicas nos veículos de modo a manter a emissões de gases dentro dos padrões de lei e o consumo energético eficiente. Orientar os profissionais quanto a manter equipamentos desligados quando não estiverem em uso.

d) Gestão de resíduos

A CONTRATADA deve implantar sistema de separação do resíduo gerado no escritório, caso exista no local sistema de coleta seletiva. Evitar o desperdício a fim de reduzir a geração de resíduos de qualquer natureza e para os resíduos já gerados, efetuar o descarte adequado.

e) Combate ao mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores

A CONTRATADA deverá manter o escritório social limpo, sem lixo e acúmulo de água, evitando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores.

f) Uso Racional da Água

A CONTRATADA deve definir e monitorar procedimentos que reduzam o consumo de água, orientando os profissionais quanto ao uso racional do recurso no cotidiano através de iniciativas que tenham como objetivo reduzir o seu consumo e estimular a adoção de novas atitudes e comportamentos.

g) Uso Racional de Energia

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI	TERMO DE REFERÊNCIA	Página N.º 52/54
Assunto/Objeto: Elaboração do Plano de Ação e do Projeto de Trabalho Social – PTS da Ocupação Rosa Leão, Região Izidora.		
Regional: Norte		
PLANO DE OBRAS: N-U-INF-25-3528		DATA: 13/04/2026
PROCESSO Nº: 31.00121866/2026-92	LICITAÇÃO: SMOBI / URBEL CC 99.0010/2026	

A CONTRATADA deve definir e monitorar procedimentos que reduzam o consumo de energia em todos os processos, prevendo a possibilidade de:

- Priorizar o uso de iluminação e ventilação natural;
- Utilizar lâmpadas mais econômicas;
- Utilizar, preferencialmente, se necessário, sensores de presença em ambientes de passagem rápida, nos quais normalmente se esquece a luz acesa.

h) Tecnologias Sustentáveis

A CONTRATADA deve privilegiar equipamentos que tenham tecnologia sustentável, ou seja, façam uso racional de recursos, incluindo o uso de materiais industrializados.

29 OBSERVAÇÕES GERAIS

A URBEL a seu critério, poderá solicitar a execução dos serviços em finais de semana ou feriados, em casos emergenciais. As questões afetas às leis trabalhistas para os trabalhos nesse período já se encontram consideradas em planilha se assim convier ao melhor andamento dos trabalhos e evitar transtornos nas vias de maior tráfego.

A CONTRATADA deverá fornecer o equipamento de segurança individual necessário à execução do trabalho em campo.

A CONTRATADA deverá observar a composição de custos dos produtos, bem como o prazo de entrega, quando do acionamento pela CONTRATANTE.

Ana Flavia Martins Machado
Diretora de Trabalho Técnico Social